



FUTEBOL E POPULISMO: O ESPORTE DAS MULTIDÕES E A POLÍTICA DAS MASSAS¹

Bruno Belloc Nunes Schlatter²

Resumo

O artigo faz uma pequena pesquisa bibliográfica a respeito das relações entre futebol e política no Brasil, com ênfase no período populista. Duas relações, em especial, são desenvolvidas no texto: a do esporte como criador de uma identidade nacional unificada, e a do esporte como articulador de uma integração territorial interna. O artigo não pretende esgotar o assunto, mas apenas fazer alguns apontamentos e levantar questões e problemas que possam ser desenvolvidos em futuras pesquisas em fontes primárias.

Palavras-chaves: Brasil. Futebol. Populismo.

Introdução

Relacionar esporte e política é um tema de certa forma polêmico em história, sobretudo na historiografia brasileira. É difícil falar no assunto sem pensar, em um primeiro momento, na Copa do Mundo de 1970, com o seu extenso uso político pela ditadura militar como propaganda do regime autoritário, e tal costuma ser o período mais recorrente nas pesquisas sobre o tema.

Usar politicamente o esporte, no entanto, não era então uma novidade. Já durante o período dos regimes populistas, se associar aos sucessos esportivos, sobretudo do futebol, se revelava uma eficiente prática política. O próprio Juscelino Kubitschek, por exemplo, não demorou em tentar associar a conquista da Copa de 58 aos seus feitos políticos, destacando-a um marco do Brasil novo que ele dizia estar construindo:

É o Brasil novo que começa a conquistar suas vitórias, é o Brasil de Brasília que, plantado no coração da Pátria, tem agora um espírito novo a dirigir-lhe os destinos. (Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek aos Campeões do Mundo, In: DANTAS e CORDEIRO, 1958, p. 12).

Outros tantos, ainda, se beneficiaram das vitórias nacionais para suas carreiras políticas³, e situações semelhantes vão ocorrer ainda desde a Copa de 1938, a primeira a

¹ Artigo apresentado na disciplina de Política I: Do Trabalhismo ao Autoritarismo, do professor Dr. André Luiz Reis da Silva.

² Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e pós-graduando em História do Brasil Contemporâneo na Faculdade Porto-Alegrense – FAPA.

³ “A fase de Garrincha e Pelé e das equipes imbatíveis do Santos e do Botafogo fez o nome de muitos deputados e deu ao governo a chance de explorar os canarinhos, como eram chamados os integrantes da seleção.” (GONÇALVES, José Esmeraldo. *Futebol e Poder*. In: DIEGUEZ (org.), 1985, p. 26).

ser extensivamente explorada como propaganda política pelo governo, bem como na de 1950, realizada no próprio Brasil, antes dela chegar ao seu desfecho trágico (GONÇALVES, José Esmeraldo. *Futebol e Poder*. In: DIEGUEZ (org.), 1985, pp. 24-25).

Este artigo tem por objetivo desvendar algumas das formas como o futebol foi usado politicamente por estes regimes, bem como os seus objetivos e resultados. A pesquisa realizada foi fundamentalmente de cunho bibliográfico, buscando encontrar indicações e apontamentos teóricos iniciais que possam orientar uma posterior pesquisa em fontes primárias. A ênfase estará, sobretudo, no período getulista, quando houve uma expansão considerável do alcance do esporte pelo território nacional; períodos anteriores e posteriores, no entanto, também serão referidos, na medida em que forem relevantes para a análise geral.

1. Primórdios do Futebol no Brasil: Oligarquias Esportivas

Tradicionalmente, se convencionou creditar a introdução do futebol no Brasil ao paulista Charles Miller, que em fins do século XIX, após um período de estudos na Inglaterra, teria retornado trazendo um livro de regras do esporte e os equipamentos necessários para a sua prática. O país se incluiria, assim, em um modelo mais amplo de difusão do esporte a partir do imperialismo britânico, de forma semelhante a outros países onde ele foi introduzido no período, como a Argentina e o Uruguai (JESUS, 2001). Ainda que não se possa negar por completo a validade de tal modelo, no entanto, a própria realidade política do país durante a República Velha já pode nos levar a questioná-lo.

A primeira fase do período republicano brasileiro se caracteriza, sobretudo, pela atuação política das oligarquias regionais, principalmente das mais fortes e organizadas (CARVALHO, 2003, p. 89). Frente ao poder destes grupos locais, o governo central era frágil e desarticulado, o que era também reflexo de uma desarticulação territorial entre as diversas regiões do país. É difícil não se questionar, assim, até que ponto esse modelo tradicional de introdução do futebol, em que a difusão se dá a partir de uma localidade central, poderia ser de fato possível em uma sociedade fragmentada em diversos centros regionais.

De fato, o que se observa é que não é possível estabelecer uma origem única para a difusão do futebol no Brasil, mas sim diversas origens relativamente independentes, subordinadas às condições específicas de cada região. Hilário Franco Jr., por exemplo, destaca que entre 1880 e 1890, em um período anterior, portanto, à viagem de Charles Miller, jogos de bola bastante semelhantes ao futebol moderno já haviam sido introduzidos em colégios confessionais em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (FRANCO JR., 2007, pp.61-62). Gilmar Mascarenhas de Jesus também detalha os diversos modelos

de introdução do futebol no território nacional, com a formação de redes regionais de difusão do esporte a partir, sobretudo, da atuação de colégios maristas e viagens de descendentes das oligarquias locais à Inglaterra, dando ênfase ao caso gaúcho (JESUS, 2001).

O futebol, assim, chega ao país de forma fragmentada e desarticulada, refletindo a própria sociedade oligárquica do período. Ainda hoje, mais de um século depois, é possível ver ecos desse início no poder político que possuem as federações esportivas regionais, capazes de organizar campeonatos locais com relativo sucesso, bem como no fato de que até meados da década de 1980 ainda eram as vitórias nestes torneios as principais narrativas históricas de alguns grandes clubes.

Independente do local estudado, no entanto, um traço comum a todas as origens do futebol brasileiro é o seu caráter inicialmente de elite, apenas posteriormente estendido às massas populares. Seus difusores e praticantes originais foram técnicos ingleses e membros das oligarquias regionais, organizados em clubes esportivos em moldes europeus, ironicamente ignorando o fato de que já então ele era, no seu país de origem, um esporte predominantemente proletário (WISNIK, 2008, p. 201). Mesmo assim, já era possível notar, nesses anos iniciais, um interesse crescente no esporte por parte das classes populares, assistindo às partidas dos mais ricos e, posteriormente, imitando-os e fundando seus próprios clubes esportivos (SANTOS, 1981, p. 16), configurando a “dupla cena” que será o elemento formador do estilo brasileiro de jogar (WISNIK, 2008, p. 200).

Também já havia, nesse período, interesses políticos que influenciavam a expansão popular do esporte, sobretudo nas áreas urbanas. Joel Rufino dos Santos, por exemplo, destaca o papel cumprido pelo futebol na supressão das greves operárias no estado de São Paulo durante a década de 1910:

A greve de 1917, que chegou a paralisar dezenas de milhares de operários, fez ver às autoridades e aos industriais que a cidade precisava de um “esporte de massas”. Como a uma criança que se manda brincar “para queimar as energias”, os operários foram, então, mandados jogar futebol: os municípios isentaram os campos de impostos; os industriais se apressaram em construir *grounds*; a polícia parou de reprimir os rachas em terrenos baldios; os castigos aos estudantes de escolas públicas que fossem pegos jogando futebol, suspensos. (SANTOS, 1981, p. 22)

Também no Rio de Janeiro do início do século XX houve um apoio político à expansão da prática do futebol, colocando-o como contraponto às lideranças anarquistas e “maltas” de capoeiristas que se revoltaram durante a crise comercial de 1903 e 1904 (Ibid., pp. 23-26).

Já em meados da década de 1920, assim, o futebol incluía entre os seus praticantes e interessados uma parcela considerável das classes populares. É essa situação, sobretudo, que o tornará, nas décadas seguintes, uma ferramenta especialmente útil ao novo regime político em ascensão.

2. O Futebol e A Ascensão do Populismo: do Esporte das Multidões à Política das Massas

Norberto Bobbio define como populistas

as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes. (BOBBIO, 2002, p. 981)

A referência constante ao povo como fonte de legitimação, assim, se constitui como um dos elementos característicos dos regimes populistas. Como destaca Francisco Weffort, esta referência pode ser vista tanto como uma forma de manipulação, um apelo oportuno de líderes carismáticos para legitimar o seu poder, como também de emergência política das massas, uma estrutura de poder através da qual elas, mesmo que submetidas a um grupo dominante, eram ainda assim capazes de se expressar politicamente (WEFFORT, 1980, pp. 62-63).

No Brasil, a emergência do populismo como regime político tem início com a chegada de Getúlio Vargas ao poder após a chamada Revolução de 30. Nesse mesmo período, acompanhando as transformações da sociedade brasileira, o futebol também vai se modificar profundamente, se assumindo oficialmente como esporte profissional regulamentado, além de se consolidar definitivamente como o principal esporte nacional (SANTOS, 1981, pp. 44-46).

Em muitos aspectos, os dois processos acontecem de forma paralela, se utilizando dos mesmos meios de divulgação e difusão. O rádio, por exemplo, representou um papel definitivo tanto na propaganda populista, permitindo estender o alcance do discurso político a uma parcela maior da população, como na difusão do esporte, através da transmissão de jogos e noticiários especializados (FRANCO JR., 2007, p. 79). Mais do que isso, no entanto, o desenvolvimento de um pode ser facilmente associado ao do outro: por um lado, o futebol foi utilizado pelo populismo como forma de agregar e unificar as massas populares; por outro, o próprio esporte se aproveitou desse apelo político na sua modernização, através de medidas como as que regulamentaram a profissionalização, mesmo indo contra os interesses dos grupos de elite que dominavam a sua prática (Ibid., pp. 77-81, e SANTOS, 1981, pp. 46-48).

Aos propósitos deste artigo interessa, particularmente, o primeiro aspecto dessa relação. O primeiro uso do futebol pela política não é difícil de ser deduzido: para um regime político que necessita apelar constantemente às massas, um esporte capaz de reuni-las. Assim, eventos esportivos servirão constantemente de palco para discursos políticos, e os

seus principais estádios serão usados também nas comemorações cívicas (FRANCO JR., 2007, p. 81).

Dois outros usos do futebol pela política, no entanto, são especialmente relevantes para a experiência brasileira, sobretudo durante o período populista: em um primeiro momento, como articulador de uma identidade nacional unificada, capaz de se sobrepor às oligarquias regionais; e, posteriormente, como elemento articulador da integração do vasto território nacional.

3. Futebol e Unidade Nacional: A Pátria de Chuteiras

Como já destacado, a política nacional durante a República Velha foi caracterizada pela atuação de oligarquias regionais fortes e organizadas, que impediam a articulação de um governo centralizado. Em fins do período, no entanto, já havia duras críticas ao modelo federalista, com a organização de movimentos reformistas que defendiam o fortalecimento do poder central (CARVALHO, 2003, pp. 92-93). Tais movimentos culminaram, na década de 1930, com a ascensão ao governo de Getúlio Vargas, cuja administração, principalmente após o golpe de 1937, assumiu um caráter fortemente nacionalista.

É importante incluir o regime varguista dentro do contexto mais amplo dos nacionalismos em evidência durante o período. Eric Hobsbawn destaca os anos que vão de 1918 até 1950 como o apogeu dos ideais nacionalistas no mundo ocidental (HOBSEBAWN, 1991, p. 159); o regime de Vargas se articulou, assim, dentro um conjunto mais amplo de governos com características semelhantes, em países como Espanha, Alemanha e Itália, entre outros. E não é apenas no Brasil que o esporte se converteu em um espetáculo de massas, simbolizando o embate entre as nações, e preenchendo o espaço existente entre as esferas pública e privada: um processo semelhante ocorrerá também em todos os países ocidentais (Ibid., pp. 170-171).

Não é por acaso, portanto, que será na Copa do Mundo de 1938 a primeira grande mobilização nacional em torno de uma seleção de futebol. Outros selecionados já representavam o país em competições internacionais pelo menos desde a década de 1910; o semi-amadorismo vigente, no entanto, bem como as próprias divisões da sociedade oligárquica, impediam que houvesse uma mobilização dessa amplitude. As Copas de 1930 e 1934, assim, foram de pouca relevância nacionalmente, se não por outro motivo, pelas eliminações precoces da equipe em ambas (FRANCO JR., 2007, pp. 77-78).

Em 1938, no entanto, já se tem uma configuração diferente no futebol nacional. O profissionalismo estava consolidado, com a expansão das torcidas dos clubes (Ibid., p. 78) e o surgimento de ídolos populares como Leônidas de Silva e Domingos da Guia (SANTOS,

1981, pp. 53-54⁴). E o regime varguista entrava, também, em sua fase nacionalista mais acentuada, após o golpe do Estado Novo no ano anterior, criando as condições para que uma mobilização mais expressiva, incentivada pela propaganda política oficial, fosse possível.

Um primeiro ensaio desta mobilização se deu na disputa do Campeonato Sul-Americano de 1936-1937, quando o Brasil voltou a enviar uma seleção depois de mais de dez anos. Plínio José Negreiros destaca que, mesmo com as discussões ainda presentes entre amadorismo e profissionalismo, foi possível para o país enviar uma equipe forte, terminando o torneio no segundo lugar. E o retorno e a recepção da equipe após o campeonato aconteceu com uma grade festa de caráter cívico e nacionalista:

A festa foi marcada pela presença simbólica da bandeira nacional, sendo o hino pátrio tocado diversas vezes e os discursos precedidos pela salva de 21 tiros. (NEGREIROS, 2004, p. 132)

Em 1938, essa mobilização deu um passo adiante. Já dentro do contexto do Estado Novo, a própria máquina estatal se encarregou de organizar a participação do país, elegendo representantes ligados ao governo como dirigentes dos órgãos esportivos e dando orientações às embaixadas européias de fornecer apoio à delegação (SANTOS, 1981, p. 53), bem como associando a imagem de autoridades políticas à equipe (NEGREIROS, 2004, p. 135). Negreiros destaca, ainda, o papel decisivo da mídia, justificando o apoio material dado à seleção (Ibid., p. 134), e se encarregando de mobilizar o público ainda durante a preparação para o evento, apoiando iniciativas como a “Campanha do Selo”, que reuniam os recursos para custear a passagem e a estadia dos jogadores (Ibid., pp. 133-134).

A campanha do Brasil na Copa, além de transmitida ao vivo pelo rádio, foi largamente noticiada e comentada, com diversas manifestações oficiais do governo à medida que a equipe conquistava vitórias e avançava no torneio (Ibid., pp. 135-141). É curioso notar o caráter de alguns dos editoriais esportivos da época, como um do jornal *A Gazeta* intitulado “*Estrangeiros, mas brasileiros*”, que destaca a torcida de descendentes de imigrantes durante o jogo contra a Polônia, afirmando que, por ocasião dele, “(...) *São Paulo, a ‘terra estrangeira’ foi mais brasileira do que nunca (...)*” (Ibid., p. 138). Ao fim da competição, assim, com a conquista de um expressivo terceiro lugar, a unidade nacional saiu fortalecida, como se pode ver pelas diversas recepções calorosas que a seleção teve ao retornar da Europa, enquanto o navio que os transportava fazia escala em portos do nordeste antes de levá-los ao Rio de Janeiro e São Paulo (Ibid., p. 143).

⁴ Note-se, aliás, o curioso título dado pelo autor a esta sessão do capítulo: *Leônidas, o Getúlio Vargas do futebol brasileiro* (Ibid., p.43).

A seleção nacional, portanto, se mostrou como um importante elemento de articulação da unidade nacional durante essa primeira fase do período populista. Ela se voltava, no entanto, mais para o lado o externo dessa unidade – tratava-se do Brasil em comparação com os outros países e suas seleções, onde se deveria mostrar, simbolicamente, a força do país e do seu povo. O esporte também possuiu, no entanto, um papel importante na articulação nacional interna, cuja relevância se estendeu por todo o período populista, se consolidando efetivamente apenas durante a ditadura militar. Ao cumprimento desse papel corresponderam, sobretudo, os problemas e questões envolvidos na organização de um campeonato nacional de futebol.

4. A Integração do País Pelo Futebol: O Campeonato Nacional antes de 1970

Foi comentado anteriormente que a entrada do futebol no Brasil se deu segundo a lógica da sociedade oligárquica vigente no período, a partir de pontos relativamente isolados de onde ele se expandiu de maneira independente. Como conseqüência, a própria organização do esporte aconteceu de maneira fragmentada, a partir de federações e campeonatos locais, que por décadas cumpriram, nas suas respectivas regiões, o papel que em outros países coube aos campeonatos nacionais na sua massificação (FRANCO JR., 2007, pp. 66-69).

Não se pode ignorar o papel do futebol, enquanto atividade lúdica, em promover uma identificação entre indivíduos distintos. Esta identificação se dá, em um primeiro momento, com um caráter exclusivo, um “espírito clânico”, criando uma identidade comum em função daqueles que são diferentes (Ibid., p. 213); mas também, com a tensão e o conflito entre eles, na articulação de uma cultura comum a partir do jogo (HUIZINGA, 2008, p. 53). O jogo, ao colocar um indivíduo em conflito com o outro, leva ao reconhecimento desse outro, e mesmo, por vezes, à resolução das tensões e conflitos entre eles pela via simbólica. “O futebol pode ser considerado *continuação – ou prevenção – da guerra por outros meios*” (FRANCO JR., 2007, p. 235).

Assim, quando o futebol brasileiro se organizou em torno das oligarquias regionais, o que ele fez foi favorecer o surgimento desta identificação e articulação dentro delas. É expressivo que a primeira grande competição regular de futebol de abrangência nacional tenha sido não um torneio de clubes, mas de seleções estaduais: são as oligarquias jogando o seu prestígio contra as demais, de forma semelhante ao que fazem as seleções nacionais nas Copas do Mundo. E é digno de nota, ainda, que a competição tenha sido realizada regularmente, com apenas duas interrupções, mesmo durante o Estado Novo, à parte de todas as políticas centralizadoras e de repressão às identidades regionais do período (Ibid., p. 83).

É relevante também que a articulação em torno de um torneio interestadual de clubes se dê, inicialmente, para a criação do Torneio Rio-São Paulo, em 1933 (Ibid., p. 131); são os dois estados a que correspondiam os principais centros urbanos do período no país, o seu centro político (Rio de Janeiro) e econômico (São Paulo), e que ainda hoje reivindicam certa predominância na representação do esporte nacional. A hegemonia esportiva das duas oligarquias trazia reflexos mesmo nas convocações das seleções nacionais, onde predominavam os jogadores que, ainda que nascidos em outras regiões, jogavam em clubes cariocas ou paulistas, o que muitas vezes provocou divisões internas no grupo de jogadores (NEGREIROS, 2004, pp. 139-140).

Pode-se imaginar, assim, que o fato reflita a própria desarticulação territorial do país, mesmo já com um governo forte e centralizador. É só na segunda metade da década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, com o seu projeto desenvolvimentista e as políticas de integração do território nacional, que começaram a se formar as condições que permitiriam organizar um grande torneio de clubes brasileiros (FRANCO JR., 2007, pp. 131); e, com efeito, apenas após a conquista da Copa do Mundo de 1958 foram disputadas as primeiras Taças Ouro e Prata, reunindo equipes dos principais estados em um mesmo campeonato. A consolidação de uma grande competição de abrangência nacional, no entanto, só se daria durante a década de 1970, com o regime militar, e as políticas e estratégias de aprofundamento desta integração.

Conclusão

O futebol é um elemento marcante na trajetória política brasileira, tendo sido em diversos momentos usado como ferramenta por estadistas, que aproveitaram seu apelo popular como meio de manipulação e condução das massas. Não se pode, no entanto, reduzir o significado do esporte apenas a isso: em certos momentos foi o próprio futebol, através daqueles com ele envolvidos e que dele dependiam, que se aproveitou da máquina política; bem como, em outros, ele se configurou como um simples reflexo de uma situação mais complexa e abrangente.

É assim que, quando o futebol chega ao Brasil, em fins do século XIX e começo do XX, ele vai refletir a sociedade oligárquica e desarticulada do país, se organizando em redes isoladas de difusão e expansão ao longo do território nacional. Politicamente, o uso que se faz dele está relacionado mais à sua prática propriamente dita do que como propaganda, através de incentivos à criação de campos e locais para o jogo, de forma a desviar as massas populares de atividades perigosas e subversivas.

O advento da ditadura varguista e dos regimes populistas, no entanto, mudou essa configuração. O futebol, se convertendo em espetáculo de massas, tornou-se uma maneira

de agregar e unir a população em torno de um líder carismático e do ideal nacionalista. Em contrapartida, a modernização do esporte, se beneficiando deste apelo político, aconteceu contra a vontade dos grupos de elite que o dominavam, favorecendo a classe trabalhadora da esfera futebolística através da profissionalização.

Nesse contexto, a Copa do Mundo de 1938 foi um momento importante de consolidação do nacionalismo e do papel do futebol como principal esporte do país. Através do apoio da máquina estatal do Estado Novo e de uma ampla participação da mídia, a mobilização realizada em torno da seleção nacional e os bons resultados por ela conquistados fortaleceram o sentimento de unidade nacional.

Internamente, no entanto, a fraca integração do território nacional, concentrado ainda em poucos centros urbanos excessivamente populosos, se refletia na falta de articulação por um campeonato de clubes que abrangesse a maior parte do país. Tal organização só passaria a ser viável a partir de fins da década de 1950, e só se consolidaria durante o regime militar.

Em todo caso, pode-se notar uma relação estreita entre o desenvolvimento do futebol no país e a articulação da unidade e integração territorial nacionais. O esporte é, enfim, uma das formas pela qual essa unidade torna-se palpável; ou, como diria Hobsbawn, a comunidade imaginária de milhões tornada mais real em um time de onze pessoas com nome.

Referências

- BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: O Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DANTAS, José Lívio, e CORDEIRO, Mário. Antologia da Copa do Mundo. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1958.
- DIEGUEZ, Gilda Korff (org.). Esporte e Poder. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- FRANCO JR., Hilário. A Dança dos Deuses. Futebol, Sociedade, Cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOBBSAWN, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- JESUS, Gilmar Mascarenhas de. A Bola das Redes e O Enredo do Lugar: Por Uma Geografia do Futebol e de Seu Advento no Rio Grande do Sul. São Paulo: USP (tese de doutorado), 2001.
- NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. Futebol nos Anos 1930 e 1940: Construindo a Identidade Nacional. In: *História. Questões & Debates n. 39*. Curitiba: Editora UFPR, 2004.
- SANTOS, Joel Rufino dos. História Política do Futebol Brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

WEFFORT, Francisco Corrêa. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WISNIK, José Miguel. Veneno Remédio. O Futebol e O Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.